

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo: 23079.205686/2022-39**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. Eventual aquisição de Ar condicionados para atender a Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A Planilha estimativa com Descrição dos itens encontra-se no Anexo I deste Termo de Referência
- 1.3. Com o Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, foi permitido estabelecer o critério de disputa dos licitantes na fase de lances (Modo Aberto ou Aberto- Fechado). Sugere-se então que sejam respeitados os descritivos por itens no Anexo I do referido Termo de Referência, pois esses critérios foram estabelecidos nos Estudos Preliminares da Contratação.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

**6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) contados do envio da nota de empenho em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço:

Quantitativo do Órgão Gerenciador:

Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº Cidade Universitária Ilha do Fundão, Rio de Janeiro RJ - Almoxarifado Central

6.2. Com relação à entrega nos órgãos participantes:

- 6.2.1. **TRIBUNAL MARÍTIMO DA MARINHA (UASG: 710100)** - Av. Alfred Agache s/n, Centro, Rio de Janeiro. CEP 20.021-000
- 6.2.2. **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ (UASG: 153152)**-Av. Brigadeiro Trompowsky s/n Ilha do Fundão. Telefone.: (21) 3938-2199 / (21) 3938-276
- 6.2.3. **INSTITUTO DE PUERICULTURA E PEDIATRIA MARTAGÃO GESTEIRA-IPPMG (UASG: 153150)** - Rua Bruno Lobo 50-Cidade Universitária- Almojarifado-Telefone (21)3938-4738 -email almojarifado@ippmg.ufrj.br
- 6.2.4. **DEPÓSITO CENTRAL DE MUNIÇÃO- DC MUN (UASG: 160246)**– Estrada RJ 127 Km 09- s/nº Paracambi/Cabral CEP 26600-000 Telefone (21) 2683-9600 de segunda a quinta-feira, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 e as sextas- feiras, das 8:00 às 12:00
- 6.2.5. **CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO ALMIRANTE ÀTILA MONTEIRO ACHÉ(UASG: 791590)**- Ilha de Mocanguê Grande,s/nº - Mocanguê– Niterói-RJ e Estrada prefeito Wilson Pedro Francisco S/N – Ilha da Madeira – Itajaí – RJ das 08:30h às 11:00h e de 13:30h às 15:30h.
- 6.2.6. **CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA- CCMN (UASG: 153120)**– Av. Athos da Silveira Ramos,274 Cidade Universitária, Ilha do Fundão
- 6.2.7. **FACULDADE DE MEDICINA DA UFRJ (UASG: 153138)** - CCS Bloco K sala 17 1º andar,Cidade Universitária, Ilha do Fundão
- 6.2.8. **CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA NITERÓI (UASG: 791010)** – Ilha Mocanguê Grande s/nº
- 6.2.9. **INSTITUTO DE NEUROLOGIA DEOLINDO COUTO DA UFRJ (UASG: 153148)** - Av. Venceslau Bras, 95 - Praia Vermelha
- 6.2.10. **CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ (UASG: 153157)** - Av. Athos da Silveira Ramos, 149 Cidade Universitária, Ilha do Fundão
- 6.2.11. **DECANIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFRJ- CFCH (UASG: 153128)**- Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290-240 – Almojarifado do CFCH/UFRJ – TEL: 3938-5147;
- 6.2.12. **GRÁFICA DA UFRJ-** Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº, Prédio da Divisão Gráfica, Ilha do Fundão - Rio de Janeiro (RJ) - CEP 21941-615 (Ref.: Entre a Incubadora de empresas e o Almojarifado central)
- 6.2.13. **ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ (UASG: 158221):** Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290- 240 – Almojarifado da ESS/UFRJ;
- 6.2.14. **ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ (UASG: 158222):** Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290- 240 – Almojarifado da ECO/UFRJ;
- 6.2.15. **FACULDADE DE EDUCACAO DA UFRJ (UASG: 153131):** Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290- 240 – Almojarifado da FE/UFRJ;
- 6.2.16. **INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS SOCIAIS DA UFRJ (UASG: 153129):** Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Centro, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290-240 – Almojarifado do IFCS/UFRJ;
- 6.2.17. **INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFRJ (UASG: 153130):** Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290- 240 – Almojarifado do IP/UFRJ;

- 6.2.18. **NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS DA UFRJ (UASG: 158240):** Av. Pasteur, nº 250 – Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22290-240 – Almoxarifado do NEPP-DH/UFRJ;
- 6.2.19. **COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ (UASG: 158219):** Rua J.J. Seabra, s/nº - Lagoa – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22470-130 – Almoxarifado do CAP/UFRJ
- 6.2.20. **DECANATO CENTRO DE CIÊNCIAS E SAÚDE DA UFRJ -CCS (UASG: 153137)–** Av. Carlos Chagas Filho. 373 - Bloco N - Seção de Almoxarifado - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21941-590
- 6.2.21. **DECANIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS- CCJE (UASG: 153132)–**Avenida Pasteur, nº 250, Palácio Universitário, campus da Praia Vermelha - Urca - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22290-240.
- 6.2.22. **HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO (UASG: 250061) -** Rua Sacadura Cabral Nº 178 - Saúde - CEP 20221-903. Telefone: 2223-2578 ou 2291-3131 - Ramal 3342 - E-mail: almoxarifadohse@gmail.com.
- 6.2.23. **COMANDO BRIGADA INFANTARIA PARAQUEDISTA (UASG: 160296)–** Av. Gen. Benedito da Silveira, s/nº- Vila Militar
- 6.3. As notas de Empenhos, encaminhadas por este Órgão Gerenciador e seus Participantes, se dará através de comunicação por e-mail indicado pela contratada (indicação de Preposto) e deverá ser confirmada em até 24 horas úteis, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.
- 6.4. Caso o volume de produtos a serem entregues seja de grande porte ou quantidade, é necessário o agendamento prévio da entrega.
- 6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do

contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta)dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### **13. DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis.

### **14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

- 14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - fraudar na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo; ou
  - cometer fraude fiscal.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - Multa:**
    - moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
    - compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
  - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante



a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 16.1. O custo estimado total da contratação e o valor máximo aceitável por itens está previsto no Anexo I deste Termo de Referência.
- 16.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 16.3. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.
- 16.4. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem as últimas.

**17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 17.1. De acordo o Decreto 7892/2013, Art. 7º § 2º:

“Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2022

Marcelo da Silva Gonçalves  
CPF 004.812.477-00

## Anexo I

Item	Catmat	Descrição	Div. Gráfica	Quantidade										Valor				
				PR- 2	PR- 5	SIA/PR- 6	Gabinete Reitor	PR- 3	SUPERTIC	PR- 1	PR- 4	Prefeitura	PR- 6	TOTAL- PR6	TOTAL GERAL	Unitário	Total	
1	461900	Ar Condicionado Bi-Split 18.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo bi-split, tensão 220V, monofásico, com capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h 2x9.000 BTUS. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, com funções quente/frio, . Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>	5								6	15		27	53	259	R\$ 2.106,89	R\$545.684,51
2	239608	Ar Condicionado tipo Cassete 60.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo cassete, tensão 220V, ciclo quente/frio, com capacidade de refrigeração de 60.000 BTU/h. Características adicionais: tecnologia inverter; Controle do fluxo de ar automático, gás refrigerante R-410A. Serpentina de cobre . Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>	3				5	1				6		27	42	241	R\$ 9.498,99	R\$2.289.256,59



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

3	458219	Ar Condicionado Split 9.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, tensão 220V, monofásico, função frio, com capacidade de refrigeração de 9.000 BTU/h. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, a unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado; gás refrigerante R-410A. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>	3	2	1					7		25	38	199	R\$ 1.388,00	R\$276.212,00
4	480930	Ar Condicionado Split 18.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, tensão 220V, monofásico, com capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, com funções de refrigeração, ventilação, termômetro, sleep; a unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado; gás refrigerante HFC R-410A; Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>			10							20	30	350	R\$ 2.428,00	R\$849.800,00



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

5	463212	Ar Condicionado Split 23.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, tensão 220V, ciclo frio, com capacidade de refrigeração de 23.000 BTU/h. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, a unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado, gás refrigerante R-410A; . Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>					4			1		20	25	230	R\$ 3.050,00	R\$701.500,00
6	245623	Ar Condicionado Split 30.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split hi-wall, tensão 220V, monofásico, função frio, com capacidade de refrigeração de 30.000 BTU/h. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, a unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor rotativo; sistema inverter instalado; gás refrigerante R-410. Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>				8				3		22	33	271	R\$ 4.705,52	R\$1.275.195,92


**UFRJ**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

7	345098	Ar Condicionado de Janela 18.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 220V, função frio, com capacidade de refrigeração de 18.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.						8		4		20	32	286	R\$ 2.660,00	R\$760.760,00
8	311149	Ar Condicionado de Janela 7.500 BTUs 127V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 127V, monofásico, com capacidade de refrigeração de 7.500 BTU/h. Características adicionais: refrigera, ventila, renova ar, 3 velocidades; filtro de ar removível com proteção ativa; compressor rotativo; gás refrigerante R-410A. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.					1					20	21	116	R\$ 1.498,83	R\$173.864,28
9	395853	Ar Condicionado de Janela 10.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 220V, função frio, com capacidade de refrigeração de 10.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.	3				3				4	20	30	216	R\$ 1.790,92	R\$386.838,72


**UFRJ**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

10	252314	Ar Condicionado de Janela 12.000 BTUs: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 127V, função frio, com capacidade de refrigeração de 12.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.			17					4		20	41	223	R\$ 1.694,00	R\$377.762,00
11	300419	Ar Condicionado de Janela 21.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 220V, função frio, com capacidade de refrigeração de 21.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.	3				3					20	26	243	R\$ 3.250,00	R\$789.750,00
12	457606	Ar Condicionado de Janela 27.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 220V, função frio, com capacidade de refrigeração de 27.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.							4			20	24	120	R\$ 3.950,00	R\$474.000,00
13	337212	Ar Condicionado de Janela 30.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo janela, tensão 220V, função frio, com capacidade de refrigeração de 30.000 BTU/h. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo.	5				8					23	36	247	R\$ 4.320,00	R\$1.067.040,00



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

14	463212	Ar Condicionado Split 23.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split piso/teto, tensão 220V, ciclo frio, com capacidade de refrigeração de 23.000 BTU/h. Características adicionais: unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado, gás refrigerante R-410A; Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>										30	30	165	R\$ 5.599,00	R\$923.835,00
15	432512	Ar Condicionado Split Piso/Teto 30.000 BTUs 220V Bifásico: Aparelho condicionador de ar tipo split piso/teto, tensão 220V, bifásico, função frio, com capacidade de refrigeração de 30.000 BTU/h. Características adicionais: presença de controle remoto sem fio, a unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado; gás refrigerante HFC R-410A. Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>					2			1		20	23	215	R\$ 4.190,00	R\$900.850,00





# UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

16	319043	Ar Condicionado Split 36.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split piso/teto, tensão 220V, ciclo frio, com capacidade de refrigeração de 36.000 BTU/h. Características adicionais: unidade condensadora deve ser à prova de intempéries e com estrutura que permita a utilização de suportes individuais, com compressor sistema inverter instalado, gás refrigerante R-410A; Serpentina de cobre em ambas unidades. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>					1					20	21	300	R\$ 3.912,50	R\$1.173.750,00
17	441419	Ar Condicionado Split Piso/Teto 58.000 BTUs 220V: Aparelho condicionador de ar tipo split piso/teto, tensão 220V, trifásico, ciclo frio, com capacidade de refrigeração de 58.000 BTU/h. Características adicionais: tecnologia convencional; frequência (Fz) 60; gás refrigerante R-410A. Serpentina de cobre. Equipamento com proteção anti-corrosão. Deve apresentar ENCE classe A e Requisitos de Avaliação da Conformidade com base na Portaria INMETRO nº 269, de 22 de junho de 2021. Garantia mínima de 12 meses, a partir do recebimento definitivo. <b>COM INSTALAÇÃO DE NO MÁXIMO 10M – dutos, carga de gás e todo o material necessário para instalação já incluído.</b>		3		10		1		4		24	42	454	R\$ 9.412,62	R\$4.273.329,48
															R\$ 17.239.428,50	


**UFRJ**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

ITEM	QTD UASG 153115	QTD UASG 153120	QTD UASG 153128	QTD UASG 153132	QTD UASG 153137	QTD UASG 153138	QTD UASG 153148	QTD UASG 153150	QTD UASG 153152	QTD UASG 153157	QTD UASG 160246	QTD UASG 160296	QTD UASG 250061	QTD UASG 710100	QTD UASG 791010	QTD UASG 791590	QTD TOTAL
<b>1</b>	53	11	-	-	2	-	-	4	6	-	50	8	41	-	78	6	259
<b>2</b>	42	1	1	-	2	-	-	10	12	-	50	9	98	-	12	4	241
<b>3</b>	38	22	5	1	3	4	-	5	6	-	50	6	25	-	34	-	199
<b>4</b>	30	51	12	14	-	3	-	5	18	26	50	10	41	-	84	6	350
<b>5</b>	25	25	3	2	4	-	-	5	18	-	50	4	37	-	55	2	230
<b>6</b>	33	14	4	10	8	-	-	5	24	-	50	12	45	-	60	6	271
<b>7</b>	32	30	7	2	4	-	-	10	18	5	50	8	114	-	-	6	286
<b>8</b>	21	4	-	-	-	-	5	-	-	-	50	1	35	-	-	-	116
<b>9</b>	30	10	-	-	-	-	-	15	60	5	50	7	39	-	-	-	216
<b>10</b>	41	12	5	4	10	-	5	5	-	-	50	17	74	-	-	-	223


**UFRJ**
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

<b>11</b>	26	28	4	-	4	3	-	5	60	-	50	3	57	-	-	3	243
<b>12</b>	24	10	-	3	-	-	-	6	18	-	50	4	2	-	-	3	120
<b>13</b>	36	14	3	15	4	-	-	3	60	5	50	11	42	-	-	4	247
<b>14</b>	30	16	-	2	-	-	-	6	12	-	50	10	3	-	32	4	165
<b>15</b>	23	62	2	1	4	2	-	10	12	-	50	2	45	-	-	2	215
<b>16</b>	21	112	16	2	4	-	-	3	12	21	50	1	26	1	31	-	300
<b>17</b>	42	226	23	6	-	-	-	6	24	11	50	19	22	1	22	2	454